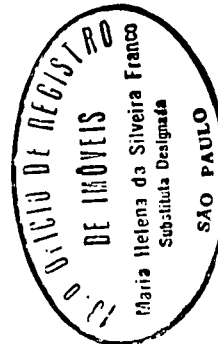


INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO, DE 3.100 DEBÊNTURES SIMPLES DA CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO

Pelo presente instrumento, as partes: (a) como EMISSORA, **CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO**, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 25, inscrita no CGC sob o nº 60.933.603/0001-78, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados; (b) como ANUENTES, **ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO**, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CGC sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada pelos abaixo assinados; e **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, concessionária de serviços públicos, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi Mirim, Km 2,5, nº 1755, Jardim Santana, inscrita no CGC sob o nº 33.050.196/0001-88, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados; e (c) como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interveniente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2439, 11º andar, inscrita no CGC sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**I
DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na aprovação da emissão deliberada nas Assembleias Gerais Extraordinárias da EMISSORA, realizadas em 15 de agosto de 1995 e 20 de setembro de 1995.

**II
DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

Ana Maria de Fátima
Advogada
OAB/SP 14.000

Miriam F. Cuenca
Assessora de Planejamento
CESP/SP

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram a emissão de debêntures, serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura será registrada no 13º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o art. 62, inciso II, da lei nº 6404/76 e encaminhada ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, de acordo com o exigido pelo art. 4º da Portaria nº 408/67.

III DA EMISSÃO

1. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, especialmente para o cálculo dos acréscimos financeiros e dos prazos de vencimento, a data-base da emissão das debêntures de todas as séries, doravante designada simplesmente "DATA DE EMISSÃO" será 01 de setembro de 1995.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 3.100 (três mil e cem) debêntures simples.

3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

As debêntures terão valor nominal unitário, na data da emissão, de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Aud. Maria...
Miriam F. Duarte O. Zagatto
Secretaria da Presidência

4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de setembro de 1995, será de R\$ 155.000.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões de reais).

5. SÉRIES

A emissão será dividida em 2 (duas) séries, de 1.550 (hum mil, quinhentas e cinquenta) debêntures cada. Somente as debêntures da 2ª série poderão utilizar-se do Mecanismo Alternativo de Pagamento, previsto no item 23 desta cláusula.

6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures da 1ª e da 2ª séries terão prazo de 06 (seis anos), com vencimento em 01 de setembro de 2001. Por ocasião do vencimento final das debêntures, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal, acrescido da base de remuneração e de juros, na forma desta Escritura.

7. FORMA, TIPO E NEGOCIAÇÃO

As debêntures, do tipo simples, não conversíveis em ações, serão nominativas escriturais, com registro para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

8. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada.

9. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá preferência para a subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da EMISSORA.

10. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PAGAMENTO

As debêntures serão subscritas e integralizadas a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

11. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será a variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que se agregará ao valor nominal definido no item 3 desta cláusula, a partir da data da emissão, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

11.1. A apuração do montante das obrigações ou eventos que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata-temporis" da TR do mês.

11.2. Caso se alterem os critérios de cálculo da TR, as novas regras ou aludidas alterações, serão desde logo, automaticamente, aplicáveis à presente emissão.

11.3. Na hipótese de extinção da TR ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares a TR não mais puder ser utilizada para a finalidade ou eventos em questão, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas obrigações ou eventos, o substituto legal ou referidas alterações dos critérios de aplicação e cálculo da TR serão, desde logo, automaticamente, aplicáveis a este instrumento. Não havendo determinação legal para substituição da TR, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará Assembléia dos Debenturistas para deliberar sobre a proposta da EMISSORA a respeito da substituição necessária, na forma prevista na cláusula VI desta Escritura.

12. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures desta emissão serão conferidos juros efetivos à razão de 9% (nove inteiros por cento) ao ano, que serão sempre calculados exponencialmente, por dias decorridos a partir da data de emissão e incidentes sobre o valor nominal referido no item 3 desta cláusula, acrescido da base de remuneração referida no item 11 desta cláusula, pagos nas seguintes datas 01/09/96; 01/09/97; 01/09/98; 01/09/99; 01/09/2000; 01/09/2001. Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 360 dias.

13. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A amortização e demais obrigações pecuniárias das debêntures previstas nesta Escritura serão pagas no dia de cada mês das respectivas datas de vencimento, ou seja, em 01/09/97; 01/09/98; 01/09/99; 01/09/2000; 01/09/2001, segundo as fórmulas de cálculo a seguir:

- 13.1 Para o cálculo do primeiro período de incidência de juros serão utilizadas as seguintes fórmulas:

$$J_1 = VNA \times i$$

$$VNA = VN \times TR_1$$

$$AMT_1 = 0$$

$$PMT_1 = J_1$$

$$SD_1 = VNA$$

- 13.2 Para os períodos subsequentes, os pagamentos referentes a amortização e juros serão calculados de acordo com as seguintes fórmulas:

$$PMT_n = \frac{VNA}{5} \times (1+i)^{n-1}$$

$$J_n = (SD_{n-1} \times TR) \times i$$

$$AMT_n = PMT_n - J_n$$

$$SD_n = SD_{n-1} \times TR - AMT_n$$

$$i=0,09$$

Onde:

PMT = valor do pagamento anual, incluindo a amortização, base de remuneração e juros;

J_n = valor dos juros a serem pagos por debênture de cada uma das séries na data n .

VN = valor nominal de cada debênture na data de emissão;

TR = variação acumulada da TR, no período compreendido entre a data da apuração do saldo $n-1$ e a data da apuração do saldo n ;

TR_n = variação acumulada da TR, desde a data de emissão, até a data n ;

AMT_n = valor da enésima amortização

SD_n = saldo devedor no período do enésimo pagamento;

n = número de períodos de pagamento variando de 1 a 6;

14. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures de cada uma das séries é o seu valor nominal, acrescido da base de remuneração e de juros, calculados exponencialmente, por dias decorridos, desde a data da emissão, até a data da subscrição e efetiva integralização.

15. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, para colocação no mercado de balcão, mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

16. ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, ficarão sujeitos à multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além do acréscimo de juros remuneratórios e base de remuneração nos termos dos itens 11, 12 e 13, desta cláusula, calculados exponencialmente pro-rata temporis desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

17. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures de cada uma das séries, após seu vencimento final ou vencimento antecipado, não mais farão jus à base de remuneração e a juros, conforme previstos nesta Escritura, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, sem prejuízo do item 21 desta cláusula.

18. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao valor nominal, base de remuneração, juros e amortização a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados através do sistema da CETIP, ou na tesouraria da EMISSORA, ou na instituição depositária das debêntures escriturais objeto desta ESCRITURA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

ATA NOTARIAL DE PROVIS

ADVOCATIA

048.517.73018

Miriam F. Chaves O. Zagatto
Assessora da Presidência

20. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões relevantes, tal como definidos pela CVM, decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no Jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

21. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, do valor nominal das debêntures de cada uma das séries em circulação, acrescido da base de remuneração e de juros, por dias decorridos, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante carta protocolada dirigida à EMISSORA, com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a. protestos de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência;
- b. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, se cabível;
- c. decretação de liquidação ou de falência da EMISSORA, se cabível;
- d. falta de cumprimento pela EMISSORA, ou por qualquer dos ANUENTES, de qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e. decisão(ões) judicial(ais) determinando o vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da EMISSORA, e ou de qualquer das ANUENTES, de valor total superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais).

22. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debênture em circulação no mercado, por preço não superior ao seu valor nominal, acrescido da base de remuneração e de juros, observado o disposto no art. 55 da Lei 6404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou alienadas no mercado.

Advogado
OAB/SP 93.818

Miriam F. Costa
Advogada
OAB/SP 93.818

23. MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO - PODER LIBERATÓRIO

23.1. Sem prejuízo do disposto no item 16 supra - Encargos Moratórios, as debêntures da 2ª (segunda) série desta emissão e os valores referentes aos juros e amortizações anuais, vencidos e não pagos pela EMISSORA, nas datas estabelecidas nesta ESCRITURA, ou seja: (i) nas datas de pagamento dos juros em 01/09/96; 01/09/97, 01/09/98, 01/09/99, 01/09/2000, e 01/09/2001; (ii) nas datas de pagamento das amortizações anuais em 01/09/97, 01/09/98, 01/09/99, 01/09/2000, e 01/09/2001; (iii) na hipótese de ter sido declarado o vencimento antecipado das obrigações, nos termos do item 21 supra - Vencimento Antecipado, poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, com poder liberatório, para pagamento de contas de energia elétrica faturadas pela própria EMISSORA e/ou por qualquer das ANUENTES, mediante dação em pagamento ou repasse, pelo debenturista, do crédito representado pelas debêntures, juros e amortizações anuais contra o débito representado pela conta de energia elétrica da EMISSORA e/ou de qualquer das ANUENTES.

23.2. As ANUENTES por sua vez também poderão, a qualquer tempo, utilizar as debêntures e os valores referentes aos juros e amortizações anuais em dação em pagamento ou repasse, dos debenturistas, para quitação das faturas de energia elétrica cobradas pela EMISSORA, razão pela qual os Contratos para Suprimentos e Intercâmbio de Energia Elétrica, Repasse e Transporte de Potência de Itaipú entre a EMISSORA e as ANUENTES, firmados em 28/05/1993 ("CONTRATOS DE SUPRIMENTO"), deverão ser aditados e, após os respectivos aditamentos, ficarão à disposição dos debenturistas com o AGENTE FIDUCIÁRIO. Tendo em vista que os CONTRATOS DE SUPRIMENTO têm prazo de validade limitado, a EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se, de forma irrevogável e irretroatável, a manter em pleno funcionamento, a partir desta data, independentemente do prazo de vigência dos CONTRATOS DE SUPRIMENTO e enquanto não forem resgatadas todas as debêntures da 2ª série, emitidas nos termos desta ESCRITURA, o Mecanismo Alternativo de Pagamento-Poder Liberatório, comprometendo-se a celebrar todos os instrumentos necessários para tanto.

23.3. O cálculo diário do valor unitário da debênture, juros e amortizações, vencidos e não pagos, considerando-se principal, base de remuneração, juros remuneratórios, multa convencional e juros de mora, para fins de dação em pagamento ou repasse, referente a todos os dias do mês, para utilização do Mecanismo Alternativo de Pagamento-Poder Liberatório, será efetuado pelo Banco Mandatário e pelo Agente Fiduciário das debêntures, com base no item 13 desta cláusula, acrescido de multa não compensatória de 10% (dez por cento) e informado à EMISSORA, às ANUENTES, à CETIP e aos Bancos que compõem a rede arrecadadora em todo o Estado de São Paulo. A CETIP, quando se tratar de evento relativo ao pagamento de juros e amortizações, gerará relatório específico, no mesmo dia do evento, referente ao cupom do evento, para que a EMISSORA emita o vale correspondente ao valor financeiro de cada debenturista.

23.4. O cálculo diário a ser efetuado e informado, conforme referido no item 23.3. supra, deverá conter obrigatoriamente, de forma destacada, a indicação da parcela correspondente ao imposto de renda e adicionais que eventualmente sejam devidos pelos debenturistas. Tal parcela será descontada do valor total da(s) debênture(s), juros e amortizações anuais,

utilizados para dação em pagamento, de modo a permitir que a EMISSORA realize, após a utilização pelos debenturistas do Mecanismo Alternativo de Pagamento-Poder Liberatório, o recolhimento do imposto de renda na fonte e adicionais, nos termos da lei. O disposto neste item 23.4 não se aplica às instituições financeiras, que não são tributadas na fonte nesse tipo de operação, salvo em obediência à disposição legal superveniente.

23.5. Os agentes arrecadadores, entre eles os Bancos Unibanco e Banespa, estão sendo contatados para a formalização de aditamentos aos respectivos contratos de arrecadação firmados com a EMISSORA e as ANUENTES, pelos quais obrigam-se a aceitar, sem ressalvas, o pagamento de contas de energia elétrica nos seus respectivos caixas, mediante utilização do mecanismo de dação em pagamento descrito no item 23.1 supra ou repasse. Cópias dos aditamentos a esses contratos ficarão com o AGENTE FIDUCIÁRIO, à disposição dos debenturistas. Não obstante, a EMISSORA e as ANUENTES declaram, neste ato, estar prontas a efetuar, com a mesma finalidade, aditamentos aos contratos firmados com todos outros bancos integrantes da rede arrecadadora que desejarem participar do mecanismo aqui previsto.

23.6. Para estabelecer os procedimentos operacionais a serem adotados pela EMISSORA, pelas ANUENTES e pelos Agentes Arrecadadores, tendo em vista o disposto no item 23.5 supra, os agentes arrecadadores, entre eles, os Bancos Unibanco e Banespa, a EMISSORA e as ANUENTES estão firmando, nesta data, um documento intitulado "Procedimentos Operacionais a serem adotados pela CESP, CPFL e ELETROPAULO, de um lado, em virtude das obrigações contratadas no item 23 da cláusula III do Instrumento Particular de Escritura de Emissão de 3.100 debêntures simples da 4ª emissão da CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, especialmente o disposto no item 23.5", e que passa a fazer parte integrante desta ESCRITURA, produzindo efeitos, na íntegra, como se todos os seus termos aqui estivessem transcritos, sendo certo que, entre outros direitos e obrigações, os agentes arrecadadores também terão o direito de utilizar debêntures próprias, juros e amortizações para repasse à CESP, CPFL e/ou ELETROPAULO, dos valores referentes a contas de energia elétrica que tiverem sido liquidadas por consumidores, nos bancos arrecadadores, independentemente desses valores terem sido pagos pelos consumidores em dinheiro, cheque ou mediante dação em pagamento.

23.7. Na hipótese do valor da(s) debênture(s), juros e amortizações não serem suficientes para pagamento do valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

23.8. Por outro lado, no caso do valor da(s) debênture(s), juros e amortizações ser superior ao valor total da(s) conta(s) de energia elétrica, o debenturista não poderá efetuar a utilização do mecanismo descrito neste item 23.

23.9. A EMISSORA e as ANUENTES comprometem-se a não concentrar ou limitar os recebimentos de contas de energia elétrica na rede bancária pública estadual ou federal, de forma a garantir que as debêntures tenham sempre liquidez, podendo ser adquiridas por quaisquer instituições financeiras para utilização do mecanismo contemplado neste item 23.

Assinatura do Representante Legal da EMISSORA

Assinatura do Representante Legal da ANUENTE

Assinatura do Representante Legal do AGENTE FIDUCIÁRIO

23.10. A EMISSORA e as ANUENTES obrigam-se a cumprir o disposto neste item 23 de forma irrevogável, irretroatável e a qualquer tempo, outorgando aos debenturistas que futuramente efetuarem o pagamento das contas de energia elétrica mediante dação em pagamento ou repasse, desde já, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamarem, seja a que título for, para todos os fins de direito.

23.11. As debêntures recebidas pela EMISSORA, como dação em pagamento ou repasse, dos debenturistas ou das ANUENTES, serão imediatamente canceladas.

IV OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1. São também obrigações da EMISSORA fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a. dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período, devidamente auditadas, por auditores independentes;
- b. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado, devidamente auditadas, por auditores independentes;
- c. cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos nela previstos;
- d. imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada;

2. A EMISSORA obriga-se ainda a:

- a. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- b. complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;
- c. manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- d. notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 30 (trinta) dias.
- e. não pagar dividendos, salvo o disposto no art. 202, da Lei nº 6404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta)

Assessoria Jurídica
AP/05/04
CAB/CP 13.819

Miriam F. Guarnas O. Zagatto
Assessoria Jurídica

dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, base de remuneração e juros, relativos às debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;

f. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM 202/93;

g. submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

h. manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço; e

i. envidar todos os esforços junto às ANUENTES, AGENTE FIDUCIÁRIO, rede arrecadadora, CETIP, Agente Depositário das debêntures escriturais e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto no item 23 da cláusula III desta ESCRITURA - Mecanismo Alternativo de Pagamento-Poder Liberatório;

V DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, supra qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos debenturistas perante a EMISSORA.

1.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá da EMISSORA, pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, remuneração global de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser paga, pela EMISSORA, em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 01/12/95 e as demais no dia primeiro dos meses subsequentes.

1.2 - Os preços contratados serão reajustados anualmente, para mais ou para menos, a partir da data da contratação, nos termos da legislação vigente. Qualquer variação dos índices que compõem a fórmula de reajuste abaixo serão calculados a partir dos preços expressos em Real.

Fórmula:

$$R = Po [(IGPM) - 1]$$

onde:

R = valor do reajuste

Po = valor da medição a preços contratuais

Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica

Assessoria Jurídica

IGPM = variação do índice representativo do "Índice Geral de Preços de Mercado", correspondente ao mês base dos preços e o período para concessão do reajuste, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, índices gerais, coluna 7 - "IGPM".

2 - Substituição:

2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

2.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

2.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO não sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º, da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

2.5. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento desta ESCRITURA, devendo ser averbado no Registro de Imóveis competente.

2.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções a partir da data da lavratura desta ESCRITURA ou do eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor.

2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos baixados pela CVM.

3. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO:

3.1. Constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO, além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM:

(a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão.

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de sua funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na presente ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da presente ESCRITURA e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipóteses em que o Sr. oficial do Cartório entrará em contato com a administração da EMISSORA para obter as informações e os documentos que porventura se fizerem necessários;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

(h) verificar a regularidade do funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - Poder Liberatório, conforme previsto no item 23 da cláusula III desta ESCRITURA, devendo intimar a EMISSORA a sanar os problemas eventualmente detectados;

(i) verificar a regularidade da constituição de eventuais garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, devendo intimar a EMISSORA a reforçar a eventual garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da EMISSORA;

(l) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(m) convocar, quando necessário, a assembleia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos, três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve

Em 12/01/2012, às 14h17, foi realizada a reunião ordinária da Assembleia Geral da EMISSORA, com a presença de 10 (dez) membros do Conselho de Administração, sendo 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, todos devidamente habilitados.

Assinado por: O. Zucchi
Presidente

efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação, constantes desta ESCRITURA;

(n) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(o) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, do qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(o.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(o.2) Alterações estatutárias da EMISSORA ocorridas no período;

(o.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

(o.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

(o.5) resgate e pagamento de principal, base de remuneração e juros das debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

(o.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(o.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA;

(o.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das eventuais garantias das debêntures;

(o.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

(p) colocar o relatório de que trata a letra "o" acima, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos, nos seguintes locais;

(p.1.) na sede da EMISSORA;

(p.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(p.3) na CVM;

(p.4) nas bolsas de valores, quando for o caso;

(p.5) nas instituições que liderarem a colocação das debêntures;

(q) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas as outras regras relacionadas à publicação, constantes desta ESCRITURA, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a disposição nos locais indicados na letra "p";

(r) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

(s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas da obrigação de fazer e de não fazer; e

(t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas nesta ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

4.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, podendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

(a) declarar, observadas as condições desta emissão, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

(b) executar a garantia outorgada, se houver, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

(c) tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem seus créditos; e

(d) representar os debenturistas em processos de falência, concordata intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

4.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra "a", do item 4.1. acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente emissão.

4.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" a "d", do item 4.1. acima se, convocada a assembléia dos debenturistas esta assim o autorizar por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na letra "d" do item 4.1. acima.

ADVOGADA - S/C
049/SP 73.818
Mariana H. Cuevas O. Zagatto
Assessora da Presidência
CESPESC2

5. despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO:

5.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesse dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.2. O ressarcimento a que se refere o item 5.1. acima, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.3. As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.4. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma deste item 5, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VI DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1 - Os titulares das debêntures de cada uma das séries desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2 - A assembléia dos debenturistas de cada uma das séries desta emissão poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3 - Aplica-se à assembléia de debenturistas de cada uma das séries, no que couber, o disposto na lei nº 6.404/76, sobre a assembléia geral de acionistas.

4 - A assembléia dos debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em

12/03/2018
09h31
Carla S. S. Silva
Assessoria da Presidência

Assessoria da Presidência

segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou aquele que for designado pela CVM.

5 - Na hipótese da assembléia não ter sido convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6 - Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7 - Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto desta ESCRITURA, dependerão da aprovação de debenturistas que representem a unanimidade das debêntures em circulação. Para efeito da constituição da unanimidade a que se refere este item, serão excluídas, do número de debêntures, as pertencentes à EMISSORA.

VII RENÚNCIA

Não se presumirá renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedentes no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

VIII DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários para a colocação da presente emissão, tais como a ESCRITURA e a ata da assembléia geral extraordinária, bem como os custos com a publicação do extrato desta última, na forma da lei.

IX PUBLICAÇÕES LEGAIS

Sem prejuízo da obrigação assumida pela EMISSORA no item 20 da cláusula III desta ESCRITURA - Publicidade, todas as publicações legalmente exigidas da EMISSORA são e deverão continuar a ser feitas no jornal "Gazeta Mercantil", além de no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

William F. C. Mendes O. Zagatto
Assessor da Presidência

X DO FORO

Fica eleito o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta ESCRITURA.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de outubro de 1995.

EMISSIONA:

André Matarazzo
CESP - COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
 EMANUEL ROBERTO ALMEIDA
 DIRETOR FINANCEIRO

ANUENTES:

Cesare Manfredi
COMPANHIA PAULISTA DE FORCATELIZ
 JÚLIO GOLOMBI NETTO
 Diretor Econômico-Financ
 Mercado
 90880
Sebastião Alves Ferreira Santos
 Diretor Financeiro
ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO
 Paulo Roberto Feldmann

AGENTE ADUCIÁRIO:

Marcelo José dos Santos
Carlos Arnaldo Borges de Souza
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

TESTEMUNHAS:

1ª *Francisco M. Sirangelo*
FRANCISCO MARIO SIRANGELO
 RG.: 8.983.307

2ª *Carlos Kawall Leal Ferreira*
CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA
 RG.: 7.272.675